



CONFORME JÚNIA, HÁ 100 CASAS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO

Destaque ao sistema pluvial

O estudo de impacto ambiental na região de parcelamentos irregulares de Sobradinho II apontou uma grande prioridade para a área: a implementação do sistema de águas pluviais para conter as enxurradas que assoreiam os córregos da região. Além disso, também são necessários investimentos para analisar a capacidade hídrica e de esgotamento sanitário do local.

"O relatório é uma idéia do que cabe e o que não cabe na região. Não é apenas colocar o projeto no papel, é preciso analisar a viabilidade técnica", enfatiza a presidente da Unica, Júnia Bittencourt. Ela destaca que a falta de infra-estrutura aumenta os riscos ambientais no solo e nos aquíferos próximos aos condomínios. Além disso, a presidente da Unica diz que existe uma preocupação com cerca

de 100 casas, que terão que ser removidas por estarem em área de preservação permanente.

"É um número pequeno de moradias, se analisarmos a situação de outras áreas, como Vicente Pires, que são menores e têm mais lotes nessas condições", compara Júnia. Para ela, o problema deve ser discutido com os órgãos públicos. "Os moradores dessas áreas já foram notificados diversas vezes, e a maioria tem consciência de que está em área de preservação."

■ Degradiação

Para tentar reverter o processo de degradação, o relatório traçou uma série de medidas, entre elas, o monitoramento de recursos hídricos, recuperação de matas de galeria, educação ambiental para licenciamento de novas obras, sistemas alternativos de pavimentação e me-

lhorias no sistema viário.

"Precisávamos criar facilitadores para a regularização, e o EIA/Rima é o estudo que serve de base para o planejamento da região", reforça Júnia. Ela reconhece que, no início, houve muita resistência, porque os condôminos não entendiam a importância do estudo e os benefícios que ele poderia gerar para a regularização da área. "Quando se entendeu a necessidade legal, ficou fácil de convencer os moradores. Todos estavam inseguros depois de tanta burocracia para a legalização", relembrava.

Como todo estudo de impacto ambiental, o produzido para a região de Sobradinho II é passível de complementos e alterações, a partir da análise do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).